



UFOP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CARLA ROBERTA ALENCAR CRUZ

Relações Étnico-Raciais e Alfabetização:
uma análise sobre produções acadêmicas

Mariana

2023

CARLA ROBERTA ALENCAR CRUZ

Relações Étnico-Raciais e Alfabetização:
uma análise sobre produções acadêmicas

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de graduação em Pedagogia, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para a obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Melo Franco

Mariana

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C957r Cruz, Carla Roberta Alencar.
Relações étnico-raciais e alfabetização [manuscrito]: uma análise
sobre produções acadêmicas. / Carla Roberta Alencar Cruz. - 2023.
23 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Melo Franco.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Alfabetização. 2. Relações raciais. 3. Crianças negras. 4.
Letramento. 5. Relações étnicas. I. Franco, Marco Antônio de Melo. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.016

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Carla Roberta Alencar Cruz

Relações Étnico-Raciais e Alfabetização: uma análise sobre produções acadêmicas

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 30 de março de 2023.

Membros da banca

Professor Dr. Marco Antonio Melo Franco - Orientador Universidade Federal de Ouro Preto
Professor Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - Professor da disciplina - Universidade Federal de Ouro Preto

Marco Antonio Melo Franco, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/03/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Melo Franco, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/04/2023, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0512514** e o código CRC **F577D40D**.

Resumo

Este trabalho objetivou-se em analisar quais têm sido as discussões acadêmicas sobre o tema das Relações Étnico-raciais e Alfabetização, tendo como ponto de partida que a trajetória escolar de pessoas negras, a partir de contribuições de pesquisadores como ZIVIANI (2012); GOMES (2005) e COSTA (2018). Para a realização da análise, foi definido como banco de dados o Portal de Periódico da CAPES, contemplando o período de 2012 a 2021. Dados os procedimentos iniciais de seleção, foram definidos quatro textos para análise. Constata-se a rara presença de materiais que se proponham a discutir o tema aqui trabalhado, além do lento avanço nas práticas pedagógicas que trabalham as relações étnico-raciais após a Lei 10.639/2003.

Palavras-chave: Alfabetização. Relações Étnico-Raciais. Crianças Negras. Letramento.

Abstract

This work has taken as its goal to analyze which academic discussions are being held on the subject of Ethnic-Racial Relations and Literacy Rates, having its starting point set on the educational paths of black people and the contributions of researchers such as ZIVIANI (2012); GOMES (2005) and COSTA (2018). To accomplish this analysis, the Periodical Forum of CAPES was designated as a data bank, encompassing a period of time from 2012 to 2021. After the initial selection procedures, four texts were appointed for analysis. It was ascertained that materials discussing the theme elaborated in this paper were scarce, besides the slow development in pedagogical practices that deliberate on ethnic-racial relations after the Law 10.639/2003.

Keywords: Literacy. Ethnic-Racial Relations. Black Children. Articulatory.

Lista de Siglas

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização;

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência;

PIVIC – Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica;

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Sumário

1. Introdução	6
2. Considerações conceituais	8
3. Por que relacionar Alfabetização e Relações Étnico-Raciais?	10
4. Procedimentos Metodológicos	12
5. Análise e Discussão	16
6. Conclusão	20
Referências	21

1. Introdução

O presente texto trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto, cujo objetivo foi analisar bibliografias encontradas no portal de periódico da Capes, especificamente publicações feitas entre 2012 e 2021, a fim de entender quais são as discussões acadêmicas desenvolvidas sobre alfabetização e relações étnico-raciais. O elemento fundamental que instiga à pesquisa bibliográfica sobre a criança negra no processo de alfabetização está ancorado na trajetória escolar de pessoas negras que, assim como indicam ZIVIANI (2012), GOMES (2005) e COSTA (2018), é marcada pela representação pejorativa do negro em materiais didáticos, na literatura infanto-juvenil, além de práticas pedagógicas que não favorecem o sucesso escolar de crianças negras, por efeitos do preconceito e da discriminação racial presentes na sociedade e que impactam na ação de cada sujeito.

Minha aproximação com o objeto de pesquisa está presente em minha trajetória acadêmica até o momento. Durante meu processo de formação na universidade, pude realizar ações que me prepararam e provocaram a propor o tema deste trabalho. Pude atuar em programas como: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) Afro e Indígena (2018); Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) (2019) e Residência Pedagógica (2020), que contribuíram para minha formação além daquela ofertada em sala de aula. Neles, pude entender aspectos da prática docente, do estudo e da pesquisa. No PIBID – subprojeto Afro e Indígena, participei de estudos sobre o trabalho com as relações étnico-raciais na educação e executei práticas pedagógicas que corroboram com uma educação antirracista e de valorização da identidade negra. Foi possível ainda perceber a ausência de trabalhos em relação às temáticas citadas nas salas em que atuei, pois não havia qualquer discussão sobre racismo e identidade negra.

Esse é um elemento que foi percebido melhor na realização da Iniciação Científica “A formação inicial e continuada de professores/professoras para a educação das relações étnico-raciais no município de Mariana (MG)”, com a professora doutora Cristina Carla Sacramento. A pesquisa teve por objetivo realizar um levantamento sobre a formação inicial e continuada de professores e professoras em relação ao trabalho com as relações étnico-raciais na Educação Infantil, quais as práticas pedagógicas utilizadas, além dos principais desafios encontrados (CRUZ; SACRAMENTO, 2020). Os dados encontrados mostraram que a formação inicial dos docentes que participaram, com exceção de duas professoras, não

contemplava o estudo sobre a temática e que na formação continuada apenas três tiveram as relações étnico-raciais abordadas. Isso revela a fragilidade no debate sobre essa temática em sala de aula, com práticas e metodologias que pouco contribuem para uma formação positiva da identidade negra de alunos e alunas (CRUZ; SACRAMENTO, 2020).

Algumas disciplinas me aguçaram o interesse em realizar uma pesquisa sobre relações étnico-raciais, sendo elas: Relações Étnico-Raciais e Educação e Avaliação Escolar. Ambas trataram sobre as fragilidades dos trabalhos sobre essa temática na educação e ainda os caminhos para superá-las. Em relação à alfabetização, as disciplinas Alfabetização e Letramento I e Alfabetização e Letramento II ocuparam um lugar de interesse para mim, como estudante e como futura professora alfabetizadora. Na primeira, foi possível entender que o processo de aquisição da cultura escrita perpassa elementos que exigem que o professor conheça seus alunos e saiba qual estratégia adotar para garantir um trabalho satisfatório. Na segunda, compreendi que a aquisição do sistema de escrita é um processo cognitivo, em contexto cultural, e que por isso há de se levar em conta que cada indivíduo aprende de uma maneira e em um tempo. As disciplinas de alfabetização e letramento contribuíram principalmente para a compreensão da importância de se possibilitar ao aluno a apropriação da cultura escrita, tão presente e valorizada na sociedade.

Essas contribuições me levaram à noção de que o processo de alfabetização perpassa caminhos, histórias e indivíduos heterogêneos. E que ter conhecimento desses elementos é essencial para uma prática que vise o desenvolvimento e formação de diferentes indivíduos capazes de ler e escrever o mundo.

Por isso, considera-se importante analisar aspectos sobre as crianças negras no processo de alfabetização que, segundo estudos como os de Ziviani (2012) e Costa (2018), têm tido desempenho aquém do idealizado. Em relação à discriminação racial no Brasil:

[...] existe entre nós uma cultura do fracasso que se alimenta dele e o reproduz. Cultura que legitima práticas, rotula fracassados, trabalha com preconceitos de raça, gênero e classe, e que exclui porque reprovar faz parte da prática de ensinar-aprender avaliar. (ARROYO, 1992, p. 46)

Para desenvolver a pesquisa bibliográfica, cujo objetivo foi analisar quais têm sido as discussões acadêmicas sobre o tema *relações étnico-raciais e alfabetização*, o banco de dados utilizado foi o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. A busca por produções acadêmicas sobre o tema no portal de periódicos da CAPES aconteceu a partir dos seguintes descritores: Relações étnico-raciais e

alfabetização; Relações étnico-raciais e Letramento; Crianças negras e Alfabetização; Crianças Negras e Letramento (contemplando o período de 2012 a 2021).

Este texto está organizado em seções: na primeira, busca-se apresentar elementos para a compreensão da necessidade deste trabalho, relacionando as contribuições de Magda Soares (2004) com o quesito raça/cor na alfabetização discutidos por Costa (2018) e Ziviani (2012). Em seguida, conceitua-se termos importantes para a discussão aqui desenvolvida, sendo eles: *Raça, cor, relações étnico-raciais, racismo e discriminação racial*. Posteriormente são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a obtenção dos materiais analisados. A partir disso são apresentadas as análises desses materiais e, por fim, as considerações finais.

2. Considerações conceituais

Neste tópico, pretende-se realizar uma breve conceituação de alguns termos que são elementos-chave para melhor compreensão da discussão aqui proposta, embasada nas contribuições de GUIMARÃES (2008 e 2016), GOMES (2005) e MUNANGA (2004). São eles: *raça, cor, etnia, relações étnico-raciais, racismo e discriminação racial*.

2.1 Raça, Cor e Etnia e articulação com as Relações Étnico-Raciais

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2008), ao conceituar raça, apresenta sentidos analíticos em dualidade: “um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia” (GUIMARÃES, 2008, p. 63). No caso da primeira, o autor discorre sobre um movimento na área das ciências naturais de se abandonar o uso do termo/conceito na biologia (Guimarães, 2008) por não haver diferenças suficientes em grupos sociais para tal. Já na sociologia, o autor reitera que

(...) as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica (GUIMARÃES, 2008, p. 65).

Guimarães (2016) aponta que, em relação ao conceito de raça e em como ela é percebida na sociedade, há uma dicotomia entre “raça atribuída” e “raça assumida” (Guimarães, 2016, p. 164). A primeira está ancorada na ação de racialização, ou seja, definir a

raça de determinado grupo social “a partir de características físicas hereditárias, reguladas pela reprodução biológica, tomadas arbitrariamente, mas justificadas por uma ideologia relativamente consistente, às vezes em bases consideradas científicas” (Guimarães, 2016, p. 164). A segunda se dá em uma perspectiva espontânea e a partir da percepção social do que seriam as características de determinado grupo racial.

A definição de cor, para Guimarães (2008), é a mais desafiadora. Segundo ele, a autodefinição por parte dos europeus como brancos se dá no contato com outros grupos considerados não brancos na modernidade. Ele vai apontar que

O fato é que a moderna classificação dos seres humanos em raças tomou a antiga nomenclatura das cores, a classificação de povos e de pessoas por cor, e a ela assimilou sua hierarquia própria e racista. A nomenclatura propriamente racista – caucasóide, negróide, mongolóide e outras já esquecidas – cedeu à classificação e à simbologia das cores, vigentes anteriormente, mas deu-lhes um novo alento e significado. (GUIMARÃES, 2008, p. 69)

Vale ressaltar que, neste trabalho, partindo da premissa sobre o uso social contemporâneo dos termos *raça e cor*, o termo *negro (a)* utilizado segue a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e se refere a pessoas pretas e pardas. Segundo Santos e Neto (2011, p. 518), “no Brasil, para fins políticos, considera-se negra pessoa de ancestralidade africana desde que assim se identifique”.

A conceituação de etnia se dará a partir da definição feita por Kabengele Munanga (2004), que ressalta que, ao contrário de raça que tem seu conceito “morfobiológico”, a etnia tem um conceito “sociocultural, histórico e psicológico” (MUNANGA, 2004, p. 28).

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum, têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão, uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Este é o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas etc., que são ou foram etnias-nações (MUNANGA, 2004, p. 28-29).

Portanto, o termo *Relações Étnico-Raciais* será trazido neste texto sob o entendimento de que se trata da interação, no campo social, cultural e histórico, de indivíduos (não somente com seus pares, mas com outros grupos), partindo da premissa da intenção de valorização de grupos raciais postos como subalternos socialmente.

2.2 Racismo e Discriminação Racial

Nilma Lino Gomes (2005) ressalta a complexidade referente à concepção de racismo. Para ela,

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52)

A autora relata que o racismo acontece por meio de “atos discriminatórios” (GOMES, p. 52) e que no Brasil ele se dá de maneira camuflada, por meio do isolamento da comunidade negra em determinados bairros, escolas e empregos, do apagamento histórico e da representação deturpada e estereotipada (GOMES, 2005).

A distinção entre discriminação racial e racismo, segundo a autora, é importante pois a discriminação racial

Pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. (GOMES, 2005, p. 55)

Para Gomes (2005), é necessário ter ciência de que a discriminação não se origina diretamente do preconceito. A discriminação racial no Brasil é fruto da dita “democracia racial”¹ (Teixeira, 1992 apud Gomes 2005), e que abarca aspectos sociais, políticos e psicológicos “que vão além do preconceito desenvolvido pelo indivíduo” (GOMES, 2005, p. 55).

3. Por que relacionar Alfabetização e Relações Étnico-Raciais?

Alfabetização, neste trabalho, será entendida a partir da definição dada por Magda Soares (2016, p. 328): “aprendizagem de um sistema de representação que se traduz em um sistema de notação que não é um ‘espelho’ daquilo que representa [...] é um sistema regido por normas, convenções e regras”. Dessa forma, entende-se que o processo de aprendizagem

¹ Petrônio Domingues (2005), discorre sobre o “Mito da democracia racial” conceituando como uma não concretização da democracia racial, que seria “democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação” (2005, p. 117).

do sistema de escrita está relacionado com a habilidade de se apropriar dessas normas e convenções.

Magda Soares (2004), em um artigo que se articula com outro escrito por ela cerca de 20 anos antes, aponta o processo de “fracasso escolar em alfabetização” (SOARES, 2004, p. 9). A autora levanta algumas hipóteses para esse fracasso, indicando uma perda da especificidade² na alfabetização (SOARES, 2004). Em 2020, em seu livro “Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever”, ela relata que o fracasso na alfabetização, além de ser antigo, não foi superado. Para a autora, a capacidade das crianças de aprender, acompanhada do comprometimento com sua aprendizagem, possibilita a aquisição de leitura e escrita.

A partir das contribuições de Magda Soares (2004), busca-se neste trabalho considerar o quesito raça/cor nas pesquisas sobre leitura e escrita, pois percebe-se que alunos e alunas negras têm tido menor desempenho nesse campo de aprendizagem. Eliete Gonçalves dos Santos Costa (2018), ao analisar resultados de avaliações de alfabetização a partir das fontes: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2011); Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA, 2014) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2009), aponta que a taxa de analfabetismo entre pessoas negras é de 11,5%, enquanto a taxa de analfabetismo entre pessoas brancas é de 5,2%, ou seja, o dobro (INEP, 2011 apud COSTA, 2018).

Denise Ziviani (2012), em seu livro intitulado “A cor das palavras: alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação”, ao realizar uma pesquisa-ação, identifica fragilidades em relação ao tratamento recebido por crianças negras no ambiente escolar. Ela ressalta que a população negra, em detrimento da estigmatização e da relação hierárquica entre brancos e negros, sofre com a discriminação por parte de pessoas brancas e que na escola as práticas devem ser de valorização da diversidade e a fim de

[...] proporcionar uma identidade positiva a todos os educandos, visto que a interações conflitivas tendem a gerar neles (alunos negros) sentimento de rejeição, contribuindo para a sua marginalização dentro do contexto escolar e social (ZIVIANI, 2012, p. 57)

Para Ziviani (2012), tratar a diversidade de forma positiva potencializa o processo de valorização da identidade de si e do outro. A autora refere-se à fala de Oliveira (1976 apud

² “Entendendo-se por “excessiva especificidade” a autonomização das relações entre o sistema fonológico e o sistema gráfico em relação às demais aprendizagens e comportamentos na área da leitura e da escrita, ou seja, a exclusividade atribuída a apenas uma das facetas da aprendizagem da língua escrita” (SOARES, 2004, p. 9).

Ziviani, 2012) que diz que o processo de formação da autoidentidade está de forma indissociável relacionada e refletida na convivência de um indivíduo com outro. Esse contato, portanto, influencia na formação identitária de ambos.

Entende-se aqui que o processo de reconhecimento e valorização da autoidentidade e o processo de desenvolvimento cognitivo estão intrinsecamente relacionados com a interação com o meio e com outros indivíduos. Sendo assim, um ambiente em que a imagem do negro é tratada com estereótipos, estigmatização e desvalorização, o desenvolvimento das crianças negras tende a sofrer grandes prejuízos.

Marília Pinto de Carvalho, em 2004, analisou o desempenho de alunos e alunas negras no primeiro ciclo do ensino fundamental em uma escola pública de São Paulo, buscando estabelecer articulação entre gênero e raça. A autora identifica que o desempenho de meninos negros é ainda menor do que o de meninas negras. Carvalho (2004), em sua pesquisa, identifica que a ação das docentes é marcada pela ausência de discussões sobre “questões de classe, raça e gênero” (CARVALHO, 2004, p. 267), que são questões presentes, marcantes e conhecidas, mas não discutidos de forma organizada (CARVALHO, 2004). Outro fator marcante na pesquisa é a ação de embranquecimento de alunos com bom desempenho e o escurecimento de alunos com baixo desempenho escolar. Esse fato corrobora com o incômodo que as professoras têm em relação às categorias “preto” e “pardo” presentes no questionário de heteroidentificação racial. No questionário feito para as crianças sobre autoidentificação racial, 27 de 60 delas se declararam negras, enquanto para as professoras havia apenas 16 crianças negras.

É a partir desses apontamentos, e entendendo que a problemática por trás da relação de sucesso-fracasso escolar (ARROYO, 1992) possui ainda mais elementos, é que surge a questão que norteia esse trabalho: *Que fatores podem contribuir para o baixo rendimento escolar de crianças negras, particularmente na alfabetização?*

4. Procedimentos Metodológicos

O trabalho de pesquisa bibliográfica aqui descrito teve como objetivo realizar levantamento e análise de produções acadêmicas acerca do tema relações étnico-raciais e alfabetização, a fim de buscar entender como o tema tem sido abordado. Para Gil (2002),

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2002, p. 45)

Para a realização do estudo, o primeiro passo foi definir o banco de dados a ser utilizado, no qual foi escolhido o Portal de periódicos da CAPES. O período de busca foi de 10 anos. Inicialmente esse período seria de 2013 a 2022, contudo, como a fase de levantamento das obras foi realizado em meados do mês de dezembro de 2022, a plataforma não possibilitou que fosse selecionado como data limite o ano corrente. Dessa forma, foi definido o período de 2012 a 2021.

Na sequência foram definidos os seguintes descritores para a busca: Relações étnico-raciais e Alfabetização; Relações étnico-raciais e Letramento; Crianças negras e Alfabetização e Crianças negras e Letramento.

Tendo o banco de dados e os descritores definidos, o passo seguinte foi acessar a plataforma portal de periódicos da CAPES, clicar em “acervo”, depois em “buscar assunto”, digitar cada descritor por vez e refinar no campo “data de criação” o período de 2012 a 2021.

Os resultados da busca foram organizados da seguinte forma:

Tabela 1: Resultados da busca

Descritores	Quantidade de Resultados	Trabalhos repetidos	Distanciamento do tema	Selecionados
Relações étnico raciais e Alfabetização	11	2	5	4
Relações Étnico Raciais e Letramento	14	2	8	4
Crianças Negras e Alfabetização	05	0	3	2

Crianças Negras e Letramento	2	1	0	1
Total	32	5	16	11

Fonte: Elaborado pelos autores

O primeiro procedimento adotado durante o levantamento dos resultados foi o de mapear se o mesmo texto aparecia mais de uma vez. Dessa forma, o campo “trabalhos repetidos” refere-se à quantidade de artigos repetidos em cada descritor, respectivamente.

Ao todo foram encontrados 32 resultados que, após uma leitura do título, palavras-chaves e resumos, foi possível identificar repetições e distanciamentos do objeto de pesquisa. Ao final dessa primeira filtragem, foram selecionados 11 artigos para compor a análise. No gráfico abaixo buscou-se representar a quantidade de produções acadêmicas encontradas sobre cada descritor de 2012 a 2016 e de 2017 a 2021.

Tabela 2: Resultados por período³

³ Os resultados detalhados foram: Relações étnico-raciais e Alfabetização: um em 2013, um em 2017, um em 2018 e um em 2019; Relações Étnico-Raciais e Letramento: um em 2018 e três em 2019; Crianças negras e Alfabetização: um em 2017 e um em 2020; Crianças Negras e Letramento: um em 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores

Para a seleção desses 11 materiais, o critério utilizado foi de perceber a aproximação com o tema da pesquisa, considerando que em seus resumos fosse identificada a presença da discussão sobre relações-étnico raciais na educação, relações étnico-raciais e alfabetização e letramento, prioritariamente nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A partir desse material, inicia-se a leitura e fichamento dos textos para uma segunda seleção, onde foi identificado que alguns deles não abarcavam o tema objeto de pesquisa.

Além disso, durante o período de leitura dos textos percebeu-se que alguns trabalhos possuem fragilidades em relação à aproximação com o tema aqui proposto. Estamos chamando de “fragilidade na aproximação” o fato de alguns textos apenas tangenciarem o tema sem de fato debaterem ou aprofundarem a discussão. Outro dado observado foi que o texto de Lidiane Campos Villanacci e Manuel Jauará (2017) apareceu em dois descritores, sendo eles: Relações étnico-raciais e Crianças negras e Crianças Negras. Além dele, o texto de Marcos Antônio Batista da Silva e Cleomar Azevedo (2018) apareceu nos descritores Relações étnico-raciais e Letramento e Crianças Negras.

Dessa forma, foram selecionados quatro materiais, a partir dos quais foram realizadas as análises e discussões, sendo eles:

Tabela 4: Relação dos textos selecionados para análise

Ano de publicação	Autores	Título
-------------------	---------	--------

2013	Nilma Lino Gomes; Rodrigo Ednilson de Jesus	“As práticas pedagógicas de trabalho com as relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para pesquisa”
2017	Lidiane Campos Villanacci; Manuel Jauará	“Escola Municipal Pingo de Gente: descobrindo africanidades e redescobrimo identidades”
2018	Marcos Antônio Batista da Silva; Cleomar Azevedo	“Desigualdades e Letramento”
2019	Claudia Lemos Vóvio; Estevão Armada Firmino	“A construção de identidades étnico-racial em eventos de letramento numa escola pública municipal de São Paulo”

Fonte: Elaborado pelos autores

5. Análise e Discussão

Para a realização da análise a que se propõe este trabalho, serão apresentadas as percepções sobre os textos indicados na Tabela 3 a partir de três temas, a saber: a Lei 10639/2003 e seus impactos, letramento e desigualdades educacionais e as práticas pedagógicas para o trabalho com as relações étnico-raciais.

A Lei 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394/1996 em seus artigos 26-A, 79-A e 79-B, implementando a obrigatoriedade da inclusão no currículo da educação básica a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Assim ficam os artigos alterados:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
 § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
 § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Em relação à referida alteração a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus (2013) vão dizer que essas ações

Compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas. (GOMES; JESUS, 2013, p. 21)

Percebe-se a importância dessa lei para possíveis avanços em relação ao trabalho com a temática em sala de aula tendo em vista que, dos quatro textos aqui analisados, todos tratam sobre ela, tanto de forma mais direta – como nos textos de Gomes e Jesus (2013) e Villanacci e Jauará (2017) quanto de maneira menos aprofundada – como nos textos de Silva e Azevedo (2018), Vóvio e Firmino (2019).

Gomes e Jesus (2013), em relação à Lei 10.639/2003, apontam que havia uma “ausência de levantamentos prévios de abrangência nacional acerca das experiências e práticas em andamento, voltadas à implementação da Lei 10.639/2003” (Gomes; Jesus, 2013, p. 23), o que resultou em uma indagação sobre como atingir o objetivo geral da pesquisa proposta por eles, que se tratava de

Mapear e analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas públicas e pelas redes de ensino de acordo com a Lei 10.639/2003, a fim de subsidiar e induzir políticas e práticas de implementação desta Lei em nível nacional em consonância com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana? (Gomes; Jesus, 2013, p. 23)

No trabalho de campo realizado por Gomes e Jesus (2013), alguns dos resultados encontrados demonstram que: a Lei 10.639/2003, para alguns profissionais, legitimou o trabalho voltado para a educação das Relações Étnico-Raciais, que já vinha sendo realizado mesmo antes da lei. Em escolas com gestão democrática mais perceptível, as práticas pedagógicas sobre a temática são mais “enraizadas e sustentáveis” (Gomes; Jesus, 2013, p. 30), há escolas que, mesmo tendo projetos sobre a temática, dispõem de professores que não conhecem ou possuem pouco conhecimento sobre a lei, e ainda apresentam resistência a ela. Em escolas em que o mito da democracia racial é mais difundido, há pouca adesão ao projeto por parte dos profissionais e pouco investimento em formação continuada, esses projetos que trabalham a temática racial “apresentam níveis mais fracos de enraizamento e sustentabilidade”. (Gomes; Jesus, 2013, p. 30).

A partir dos dados encontrados, os autores constatam que em diferentes regiões brasileiras existem ainda muitos desafios enfrentados pela obrigatoriedade ensino de História

e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Gomes; Jesus, 2013). Contudo, apontam para a importância da Lei 10.639/2003 no que tange à legitimação de práticas antirracistas e na desconstrução de imaginários racistas, ainda presentes nesses ambientes há ainda muitos desafios para gestão, formação inicial e continuada, além da política educacional. Esses avanços, ainda que não tenham dado conta da superação do racismo na escola, demonstram que um “movimento afirmativo está acontecendo” (Gomes; Jesus, 2013, 32).

Lidiane Campos Villanacci e Manuel Jauará (2017) denunciam a necessidade de uma “a reelaboração da formação acadêmica e currículo escolar, uma vez que estes não estão aptos a reconhecer e combater atitudes transmissoras de preconceitos nas suas próprias atitudes como em todo contexto escolar” (Villanacci; Jauará, 2017, p. 14), segundo os autores, mesmo após quatorze da promulgação da Lei 10.639/2003, a sua efetivação ainda é aquém do ideal “sendo muitas vezes praticado de forma estereotipada, pouco aprofundada e geralmente apenas desenvolvida em datas comemorativas, como por exemplo, o dia da Consciência Negra” (Villanacci; Jauará, 2017, p. 15). Para os autores, para que a aplicabilidade da lei ocorra de forma satisfatória, é necessário que as instituições forneçam um ensino-aprendizagem favorável, além de uma articulação de diferentes atores que busquem trabalhar em conjunto para essa efetivação.

Com o objetivo de “analisar discursos sobre letramento publicados no Brasil entre 1995 e 2015” (Silva; Azevedo, 2018, p. 2), Marcos Antonio Batista da Silva e Cleomar Azevedo (2018), traçam uma retrospectiva em relação ao uso do termo Letramento no Brasil, dando ênfase nas “desigualdades educacionais no país” (Silva; Azevedo, 2018, p. 3). Dessa forma, eles definem Letramento como

O letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. De um lado, o conceito de letramento começou a ser introduzido nos meios acadêmicos buscando separar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita. (SILVA, AZEVEDO, 2018, P. 3-4)

Os autores chamam atenção para o surgimento paralelo de novas formas de letramento, exemplificando e destacando o letramento digital a partir das novas tecnologias de comunicação e que essas “determinados efeitos sociais, cognitivos e discursivos, resultando em modalidades de letramento” (Silva, Azevedo, 2018, p. 4).

Em relação às desigualdades educacionais, Silva e Azevedo (2018) destacam que o sistema educacional brasileiro tem sido apontado como insatisfatório em relação ao processo

de aprendizagem e desenvolvimento (Silva; Azevedo, 2018). Para eles, a alfabetização e o letramento têm sido campos de preocupação e objeto de estudo tanto em universidades e centros de pesquisa como para movimentos sociais, inclusive o movimento negro, que têm investido na necessidade da interseccionalização entre gênero, raça e classe. Os autores ainda chamam atenção para como os resultados de avaliações em larga escala como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Brasil e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), são medidos sem sequer considerar um recorte classe, de gênero ou raça e que, apesar de serem instrumentos que fornecem elementos para estudos, análises e reformulação no sistema de ensino brasileiro, necessitam de aprimoramento.

Segundo os autores, o sistema educacional brasileiro tem se mostrado insatisfatório de maneira geral, mas sobretudo desigual. Eles apresentam que no Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010), está indicada em diferentes elementos “desigualdade no que se refere aos negros e brancos no sistema educacional” (Silva, Azevedo, 2018, p. 7). Para eles, o recorte cor/raça nesses dispositivos não dá conta de combater essas desigualdades, mas fornece subsídios para novos estudos (Silva, Azevedo, 2018). Os autores concluem indicando a ausência de produções acadêmicas que relacionem as Relações Étnico-Raciais e Letramento e que esse é um campo que ainda necessita de maior aprofundamento.

Claudia Lemos Vóvio e Estevão Armada Firmino (2019), com o objetivo de “focalizar a mediação de processos de construção de identidades, em especial àquela que diz respeito à condição étnico-racial dos/as alunos/as [...]” (Vóvio; Firmino, 2019, p. 307), compreendem que, ainda que os dispositivos legais como a Lei 10.639/2003 potencializem mudanças significativas em relação à questão racial na educação brasileira (Vóvio; Firmino, 2019), essas têm acontecido a passos lentos devido à estrutura do racismo no Brasil. Para contrapor esse fato, os autores ressaltam que

Nesse sentido, práticas pedagógicas que possibilitam a reflexão sobre o mundo social e sobre representações hegemônicas e que desnaturalizam fenômenos de ordem social, como o racismo, o mito da democracia racial, as desigualdades sociais e seus mecanismos, tornam-se extremamente potentes na escolarização. (VÓVIO; FIRMINO, 2019, p. 309)

É partindo dessa premissa que eles discorrem sobre eventos de letramento podem potencializar a participação de alunos negros em processos destinados “à apropriação de conhecimentos sobre as relações históricas e culturais entre o continente africano e o Brasil, quanto à formação de atitudes e valores frente à diversidade étnico-racial” (Vóvio; Firmino, 2019, p. 310). Os autores apresentam que as ações se mostraram positivas na desconstrução

de imaginários e estereótipos em relação ao continente africano e negros e negras brasileiros e africanos. Esses processos, de acordo com os autores, apontam para a construção de uma visão positiva em relação à identidade negra.

A partir da apresentação das ideias gerais dos textos encontrados, infere-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se conquiste uma educação que se distancie do racismo. As importantes contribuições da Lei 10.639/2003, que forneceu subsídio legal para produção e implementação de ações voltadas às Educações das Relações Étnico-Raciais, não dão conta de superar o racismo presente nas escolas brasileiras, principalmente no que diz respeito às percepções estereotipadas sobre a população negra. Para tal, como apontam Villanacci e Juará (2017), são necessárias ações e planejamentos pedagógicos que se proponham a valorizar a identidade negra e desmistificar estereótipos. Após leitura dos textos percebeu-se que a *alfabetização* pouco apareceu como elemento de discussão nesses trabalhos, se tratando da alfabetização de crianças negras é notável a ausência dessa discussão.

6. Conclusão

A partir das discussões aqui apresentadas, percebe-se que o processo de escolarização de crianças negras traz consigo marcas de um racismo presente e atuante na sociedade brasileira. O processo de alfabetização dessas crianças é um elemento ainda pouco discutido no âmbito acadêmico. O pequeno número de materiais encontrados durante o processo de busca de produções acadêmicas sobre o objeto de pesquisa demonstra a carência de estudos sobre a criança negra no processo de alfabetização e um motivo que a leva ter menor desempenho em relação à criança branca.

As análises apontam para um avanço em prol de uma educação antirracista, principalmente a partir das contribuições da Lei 10.639/2003 no cenário educacional brasileiro. Contudo, ainda é perceptível a necessidade de ações voltadas para a desconstrução de imaginários e ações racistas. A citada lei proporciona mudanças, mas ainda insuficientes para a superação do racismo e valorização do alunado negro brasileiro.

Consideramos de fundamental importância que haja produções que se objetivem em compreender como tem sido o processo de aquisição da escrita e leitura de crianças negras, uma vez que, a partir das discussões aqui apresentadas entendemos o baixo desempenho

dessas crianças não se dá por um processo cognitivo, mas sim social em decorrência do racismo e suas facetas presentes na sociedade.

Referências

ARROYO, M. G. Fracasso- Sucesso: **O peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica**. In: ABRAMOWICZ, A. MOLL, J. (org.). Para além do fracasso escolar. Em Aberto. Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4709173/mod_resource/content/3/Leitura%20comp_lementar.pdf>. Acesso em: 24/09/2022.

CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cadernos Pagu** [online]. 2004, n. 22, pp. 247-290. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/qRmTmwBC9b7KPyYkWFv5YXG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19/09/2022.

COSTA, Eliete Gonçalves dos Santos. **Relações étnico-raciais e rendimento escolar: a criança negra na alfabetização**. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

CRUZ, Carla Roberta Alencar; SACRAMENTO, Cristina Carla Sacramento. A formação inicial e continuada de professores/professoras para a educação das relações étnico-raciais no município de Mariana (MG). **Relatório Final de Iniciação Científica**. PIVIC/UFOP. 2020.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Revista Diálogos Latino-americanos**. v. 10. 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>>. Acesso em: 11/02/2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <<https://biblio.fflch.usp.br/pedidos/2338>>. Acesso em: 28/02/2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. (Org.) Sales Augusto dos Santos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-61.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com as relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para pesquisa. Curitiba: **Educar em revista**, nº 47, páginas 19-33, Editora UFPR. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/QFdpZntn6nBHWPXbmd4YNQf/?lang=pt>>. Acesso em 16/12/2022.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**. V. 28. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/78FdfBCJpDTgznPQkCpnTbF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28/02/2023.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. Raça: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. **Salvador: EDUFBA**, 2008, pp. 63-82. ISBN 978-85-232-1225-4. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/3tqqd/pdf/pinho-9788523212254-04.pdf>>. Acesso em: 28/02/2023.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC, Brasília- DF.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1976.

SANTOS. Marzo Vargas Dos; NETO. Vicente Molina. **Aprendendo a ser negro: as perspectivas do estudante**. Cadernos de pesquisa. 2011, páginas 516-537. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/psgPDF6m8B6DgmQHjFXFb8D/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28/09/2022.

SILVA, Marcos Antonio Batista da; AZEVEDO, Cleomar. Desigualdades educacionais e letramento. São Paulo: **Edu. Pesq** 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/NGKSqMDjvjrK3sdgwzYZgfP/?lang=pt>>. Acesso em 17/12/2022.

SOARES, Magda B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 25. Abril de 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?lang=pt>>. Acesso em: 20/02/2023.

SOARES, Magda. **Alfabetização: A questão dos métodos**. Editora Contexto. 2016.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva Bento. **Resgatando a minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992, 135 p. (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social).

VILLAMACCI, Lidiane Campos; JAUARÁ, Manuel. Escola Municipal Pingo de Gente: descobrindo africanidades e redescobrimo identidades. São João Del Rei: **Revista Elo – Diálogos em Extensão**, V. 06 – nº 01. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/1151>>. Acesso em 17/12/2022.

VÓVIO, Cláudia Lemos; FIRMINO, Estevão Armada. A construção de identidades étnico-racial em eventos de letramento de uma escola pública municipal de São Paulo. Medellín, Colombia: Íkala, **Revista de Lenguaje y Cultura**. 2019. Disponível em: <<https://revistas.udea.edu.co/index.php/ikala/article/view/329758>>. Acesso em 16/12/2022.

ZIVIANI, Denise Conceição das Graças. **A cor das palavras: alfabetização de crianças negras entre o estigma e a transformação.** Belo Horizonte: Mazza edições, 2012.